

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 132

18/05/07 a 24/05/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Gianini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e bolsista CAPES).

G4 reuniu-se em Bruxelas

O G-4, grupo formado por Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia, reuniu-se com vistas a avançar nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, declarou que houve progressos nas negociações entre as partes, e que, embora não seja garantida a fixação de um acordo, mostra-se possível a finalização deste ainda em junho de 2007. De acordo com Amorim, há um evidente esforço do G-4 a fim de concluir a Rodada Doha, e as reuniões dos dias 17, 18 e 19 de maio, as quais trataram dos temas agrícolas e de bens industriais, foram bastante construtivas neste sentido. Os negociadores não revelaram detalhes sobre as ofertas, mas segundo o chanceler brasileiro os apontamentos estão mais claros, de forma que a redução dos subsídios aos produtores norte-americanos, ponto fundamental para o andamento da Rodada, está bastante

próxima do valor idealizado pelos demais integrantes do grupo. Amorim, entretanto, ressaltou a necessidade de não considerar tais avanços de forma demasiadamente otimista, haja vista que há ainda inúmeros aspectos técnicos a serem discutidos por tais países. A reunião, que foi integrada pelo comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, seu par na Agricultura, Mariann Fischer Boel, a representante para o comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, o secretário norte-americano para Agricultura, Mike Johanns, e o ministro do Comércio da Índia, Shri Kamal Nath, decidiu que o próximo encontro do G4 será realizado em uma capital europeia, entre 19 e 22 de junho. Antes dessa, haverá duas reuniões preparatórias de altos funcionários do G-4. No comunicado oficial, apresentado no dia 19 de maio, o Grupo afirmou que as conversas em Bruxelas foram produtivas, construtivas e intensas, além de ter abrangido todas as áreas – agricultura, bens industriais e serviços. A expectativa é de que da reunião do G4 em junho resulte uma instrução política clara para tornar viável a conclusão do acordo agrícola da Rodada Doha antes do fim do semestre, pois em junho termina o mandato que permite ao Executivo americano assumir compromissos na Rodada de Doha, e o segundo semestre também está comprometido devido às eleições americanas, em 2008. Os ministros de Finanças do G8, grupo que reúne os sete países mais industrializados e a Rússia, apelaram pelo avanço das negociações para a liberalização do comércio mundial no âmbito da Rodada Doha (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/05/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/05/2007; O Globo – Economia – 20/05/2007).

BID aprovou nome de economista brasileiro para novo cargo

O Comitê Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou unanimemente o economista brasileiro Otávio Canuto para a vice-presidência do Departamento de Países da instituição. Canuto é o atual representante do Brasil no BID, no qual ocupa o cargo de diretor executivo, e permanecerá em sua nova atribuição pelo período de três anos. No dia 22 de maio, o economista manifestou-se a favor de uma mudança na forma de se indicar os presidentes do órgão, pela qual apenas norte-americanos e europeus podem ser indicados. Canuto defendeu que a escolha seja feita pelo mérito dos candidatos, e não determinada pela sua origem nacional (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/05/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/05/2007).

Brasil aliou-se a outros países contra a ingestão excessiva de álcool

O Brasil aliou-se a outros 40 países com vistas a reivindicar a criação de uma estratégia de alcance mundial com vistas à diminuição do consumo de álcool. O governo da Suécia é responsável pela formação deste grupo. De acordo com o

ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão, o país é favorável à proposta, a qual, segundo ele, adequa-se à atuação do governo de Lula. Temporão afirmou que o governo nacional deseja que a política antiálcool torne-se uma representação da gestão da Saúde. A proposta sueca é apoiada pela Itália, Irlanda, China e Rússia e será votada na próxima semana na Organização Mundial da Saúde (OMS). A criação de um plano global para a redução dos efeitos nocivos da ingestão de álcool a ser concluído e apresentado aos governos em maio de 2008 perfaz o principal objetivo almejado com esta política (O Estado de S. Paulo – Vida & – 18/05/2007).

Bolívia não deseja rápida conclusão de negócios com a Petrobrás

O ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Villegas, declarou que seu país não possui a intenção de acelerar a assinatura do contrato de vendas com a Petrobrás por suas refinarias. A possibilidade de suspender a negociação estava prevista no documento assinado entre a estatal e o governo boliviano para autorizar o repasse das refinarias ao controle da YPFB. Por uma cláusula do documento, a compra seria mantida pelo pagamento do valor de 112 milhões que seria mantido até que o pagamento fosse efetuado no prazo de 30 dias a partir de sua assinatura. Caso isso não ocorra até o dia 11 de junho, a compra será cancelada. De acordo com Villegas, deve haver uma revisão cautelosa do acordo fixado entre a Bolívia e a Petrobrás, assinado na última semana. Segundo Villegas, o contrato de vendas das refinarias da Petrobrás à Bolívia é de fundamental importância, o que torna inapropriado uma conclusão rápida deste processo. A Petrobrás, por sua vez, informou entender que não há impedimentos para uma venda e transferência rápidas de suas operações à YPFB, e assinalou esperar uma realização imediata da conclusão do negócio. Além disso, reafirmou que a forma de pagamento será em dinheiro e não em gás como se chegou a considerar (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 23/05/2007).

Petrobras fechou acordo com Portugal

A Petrobrás fechou um acordo com o governo de Portugal para a exploração de petróleo no litoral norte do país em parceria com as empresas locais Galp e Partex. Pelo acordo, que tem como foco a exploração e a prospecção de óleo e gás em águas profundas, a Petrobrás terá participação de 50%, a Galp de 30% e a Partex de 20%. A estatal brasileira será responsável pelos equipamentos e funcionários que trabalharão na exploração. Segundo o governo português, o investimento será de US\$ 150 milhões a US\$ 300 milhões, e como contrapartida, a Petrobrás deverá assinar acordos com duas universidades portuguesas para pesquisa e desenvolvimento. A Petrobrás e a Galp fecharam ainda um acordo na área de biocombustíveis que prevê a construção de uma plataforma de produção

de biodiesel de segunda geração. Para que a produção seja feita, ambas as empresas têm a intenção de produzir parte das sementes em Angola e Moçambique (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 19/05/2007).

Rússia suspendeu importações de frigoríficos brasileiros

O governo russo anunciou a suspensão de importações de carne bovina de 11 frigoríficos brasileiros espalhados pelos estados de São Paulo, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), o embargo partiu de uma missão de técnicos russos que está em visita pelo Brasil. O motivo da suspensão das importações, entretanto, era desconhecido até o dia 18 de maio. O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Inácio Kroetz, informou que pedirá informações à embaixada russa sobre os motivos da suspensão (O Estado de S. Paulo – Economia – 19/05/2007).

Abastecimento da TermoCuiabá gerou novo conflito com a Bolívia

Autoridades do governo brasileiro afirmaram que a Bolívia está tendo dificuldades em manter o volume de gás suficiente, de cerca de 2,2 milhões de metros cúbicos diários, para que a TermoCuiabá opere com capacidade máxima. O Brasil ameaçou desautorizar a usina a pagar o preço acordado em fevereiro de 2007 – de R\$ 4,20 por milhão de BTUs – caso Evo Morales, presidente da Bolívia, não se comprometa, através de um contrato, a garantir o suprimento diário (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/05/2007).

Lula visitou o Paraguai

O presidente Lula, acompanhado de empresários brasileiros, embarcou em sua primeira visita oficial ao Paraguai. Já no país, o grupo participou de um encontro com empresários paraguaios, e posteriormente, Lula foi recebido para um jantar pelo presidente paraguaio Nicanor Duarte Frutos. Lula e Nicanor Duarte inauguraram duas turbinas da usina de Itaipu, que passou a operar com 20 delas, tendo sua capacidade aumentada de 12.600mW para 14.000mW. Os dois presidentes também assinaram uma série de acordos que tratam, entre outras coisas, da implantação de um plano de ação para a produção de biocombustíveis no Paraguai, parcerias na área de defesa e no combate à febre aftosa. Lula pretende incentivar os investimentos de grupos brasileiros no país vizinho como uma forma de contribuir para seu desenvolvimento, juntamente com ações do governo brasileiro, que acena com a possibilidade de investimentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O presidente

brasileiro também cobrou parcerias da Argentina com o Paraguai, como uma ajuda em seu desenvolvimento. Lula reafirmou que está descartada a possibilidade da construção de um muro na fronteira brasileira com Ciudad del Este como meio de impedir o contrabando, mas defendeu a ação da Receita e da Polícia Federal na região da fronteira. Em resposta a críticas do jornal paraguaio “ABC color”, o embaixador do Brasil em Assunção, Valter Peclly Moreira, afirmou que o Tratado de Itaipu, que determina que o Paraguai seja obrigado a vender toda a energia excedente que produz em Itaipu para o Brasil, é um ato jurídico perfeito e não está em discussão nenhuma alteração do documento, válido até 2023. Moreira disse ainda que o Brasil paga US\$373 milhões por ano ao país vizinho pelo excedente de energia que compra de Itaipu, e que os recursos hídricos são dos dois países, diferentemente do que ocorre entre Brasil e Bolívia. Esta posição foi reafirmada por declarações feitas pelo presidente brasileiro à imprensa paraguaia (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/05/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/05/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/05/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/05/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/05/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/05/2007; O Globo – Economia – 21/05/2007).

Brasil apresentou proposta à OMS

O Brasil apresentou à Organização Mundial de Saúde (OMS) uma proposta de resolução para que a organização precipite o estabelecimento de uma estratégia mundial de acesso às tecnologias e remédios de combate à AIDS. A decisão sobre a proposta ocorreu através de votação, uma vez que foi inviável o consenso entre os países membros da organização. O Vaticano se pronunciou favoravelmente à posição brasileira e se comprometeu em trabalhar junto a outros países, uma vez que o país é apenas um observador. A proposta de resolução sugere que a OMS estipule de que maneira um país poderá emitir licenças compulsórias sobre um remédio (O Estado de S. Paulo – Vida & – 21/05/2007; O Estado de S. Paulo – Vida & – 22/05/2007).

Presidente panamenho viaja ao Brasil em busca de parcerias

O presidente do Panamá, Martín Torrijos, veio ao Brasil com vistas a estabelecer relações mais próximas com o país. Torrijos afirmou que pretende que o Panamá seja uma plataforma logística para o setor de bioenergia, e se encontrou não apenas com o governo, mas também com representantes da classe empresarial brasileira. Representantes do governo panamenho se reuniram com as empresas privadas brasileiras Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Alstom para discutir o projeto de ampliação do Canal do Panamá, obra para a qual já foi aberta licitação (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 24/05/2007).



Petrobras planeja investir em extração de óleo de xisto no Marrocos

A Petrobrás planeja investir na extração de óleo de xisto betuminoso no Marrocos. Detalhes serão discutidos quando da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país no dia 6 de junho. O Marrocos é o único país do norte da África que não produz petróleo, e está disposto a investir em fontes alternativas de energia. A estatal marroquina Onhym e a empresa brasileira fecharam acordo para estudar a viabilização de tal extração (O Globo – Economia – 24/05/2007).